

O *SCITO TE IPSUM* de Pedro Abelardo (1079-1142): apresentação de conjunto e plano geral da obra

Pedro Rodolfo Fernandes Silva

Mestre em Filosofia pela PUC-SP e Professor Assistente I na Universidade Federal do Amazonas.

Resumo

Pedro Abelardo é conhecido pelo epíteto 'peripatético do Pallet' que, entre outras interpretações, pode ser entendido em referência a sua capacidade lógica comparada à de Aristóteles. Porém, além da contribuição lógica legada pelo palatino, é notável também a importância de suas obras éticas. Assim, o que se pretende com este artigo é proceder a uma apresentação de conjunto de uma das obras éticas de Pedro Abelardo, o *Scito te Ipsum e*, concomitantemente, apresentar algumas possibilidades de leitura a partir do plano geral da obra, evidenciando-se os movimentos do texto.

Palavras-chave: *consensus*, ética, *intentio*, pecado, vício e virtude.

The *SCITO TE IPSUM* of Pedro Abelardo (1079-1142): presentation of series and general plan of work

Abstract

Peter Abelard is known by the epithet 'peripatetic Pallet' which, among other interpretations, can be understood by reference to their capacity compared to the logic of Aristotle. However, apart from the logic bequeathed by palatine, is notable also the importance of their ethical works. So what is intended with this article is to make a presentation of a set of ethical works of Peter Abelard, *Scito te Ipsum* and, concomitantly to present some possibilities of reading from the general plan of work, showing the movements of the text.

Key-words: *consensus*, ethics, *intentio*, sin, vice, virtue.

O *Scito te Ipsum*: características gerais

Como forma de oferecer ao leitor um conhecimento sumário da obra, são apresentados, nas linhas seguintes, o contexto da redação da obra e algumas de suas características.

Segundo Mews¹, o *Scito te Ipsum* foi escrito provavelmente entre os anos de 1138-9; seria, portanto, um dos últimos trabalhos de Abelardo. Luscombe² parece concordar com essa datação, pois afirma que algumas citações nos capítulos XI e XII da *Disputatio* de Guilherme de Saint-Thierry, escrita contra Abelardo, aproximadamente em 1139, indica que a obra de Mestre Pedro circulava recentemente entre seus discípulos.

¹ JOÃO DE SALISBURY, 1962, p. 21.

² MEWS, 1986, p. 132.

³ LUSCOMBE, 1971, p. xxx.

Esta obra ética de Abelardo, escrita em dois livros, do segundo os quais resta somente um fragmento, foi intitulada *Scito te Ipsum* (Conhece-te a ti mesmo). Quanto ao segundo livro ter sido escrito ou não, nada de certo se pode afirmar. De Boni⁴ menciona que não se exclui a possibilidade de que ainda venha a ser encontrada a parte restante; nesse caso, a explicação de sua ausência seria o ocorrido no Concílio de Sens (02/07/1140), no qual as obras de Abelardo foram parcialmente condenadas ao fogo, inclusive a *Ethica*, o que teria provocado a interrupção do trabalho do copista.

Há aqueles⁵ que afirmam uma estreita relação entre a experiência monástica de Abelardo e o texto da *Ethica*. De fato, em 1127 Mestre Pedro, é nomeado abade da comunidade monástica de São Gildas, e a vida corrupta e intolerável que os monges desse mosteiro levavam seria entrevista no escrito enquanto meditação moral. Por outro lado, a datação mais provável do texto do *Scito te Ipsum* (1138-9), não coincide com sua permanência em São Gildas de Ruys (1127-1132), mas nada impediria que, ao ridigi-lo, Abelardo se recordasse dos anos naquele mosteiro.

Os Manuscritos e as edições do *Scito te Ipsum*

São conhecidos cinco manuscritos do *Scito te Ipsum*, sendo dois do século XII e os demais dos séculos XIV e XV. O manuscrito A⁶ (CLM 14160) é o escolhido por Luscombe⁷ como base de sua edição da *Ethica*, porque ele parece ser o que menos requer correção e cotejamento com os demais. Foi também o manuscrito escolhido e usado por Bernardo Pez, quando de sua edição em 1721.

O único título encontrado nos manuscritos que sobrevivem desde o século XII é o de *Scito te Ipsum*, não obstante Abelardo ter se referido a essa obra por *Ethica* na *Expositio Epistolae Paulinae ad Romanos*.

Dal Pra⁸, seguido por De Boni⁹, atestam que quatro dos cinco manuscritos da *Ethica* a denominam *Scito te Ipsum*, o que pode levar o leitor a pensar que o quinto manuscrito teria outro título. Tal hipótese é descartada pelo editor crítico inglês, que afirma que um dos manuscritos (CLM. 28363, folhas 103-132) carece de um título e o nome do autor não está dado¹².

Mas, se todos os quatro manuscritos que foram intitulados receberam por designação o preceito delfico *Scito te Ipsum*, por que as edições, exceto a de Ilgner¹³, e as traduções modernas, com exceção da de Hommel¹⁴, enfatizam ou apresentam por primeiro o título *Ethica*?

Dal Pra parece responder à questão quando menciona que, embora ao tempo de Abelardo a tradição do preceito delfico fosse bastante divulgada, a tradição escolástica fez ver na *Expositio Epistolae Paulinae ad Romanos*, uma referência à obra com o título de *Ethica*. Além do que, o termo ética aparece com frequência na classificação das artes no século XII.

⁴ DE BONI, 2003, p. 18.

⁵ FUMAGALLI, 2000, p. 79-87.

⁶ Para um maior detalhamento do manuscrito A e dos demais, cf. LUSCOMBE, 1971, p. xxxviii-lxi. Nessas páginas o autor os analisa minuciosamente e os confronta. Os manuscritos são referidos pelas letras CLM, abreviação de *Catalogus Codicum Latinorum Bibliothecae Regiae Monacensis*.

⁷ LUSCOMBE, 1971, p. lx, lxi.

⁸ Idem, p. liv.

⁹ ABAELARDUS, 1885, *Expositio* ii. 4; v. 13, 14 (PL 178. 842A, 951A, 959D).

¹⁰ DAL PRA, 1976, p. 3, nota 1.

¹¹ DE BONI, 2003, p. 18.

¹² LUSCOMBE, 1971, p. lvi.

¹³ ILGNER, 2001.

¹⁴ HOMMEL, 1947.

O mesmo autor levanta outra questão interessante sobre os títulos *Scito te Ipsum e Ethica*, ao afirmar que se pode formular a hipótese de que Abelardo havia indicado este trabalho com o tradicional título *Ethica*, quando esse ainda estava em estado de esboço ou em via de conclusão, e que havia, pelo contrário, assinado o título *Scito te Ipsum*, que é mais inovador e significativo, uma vez que esse estava completamente concluído¹⁵.

Há que se considerar ainda que era uma prática bastante recorrente, entre os autores do século XII, atribuir títulos gregos aos seus próprios trabalhos. Vejam-se, por exemplo, as obras intituladas *Didascalikon*, de Hugó de São Vítor († 1141); *Monologium* e *Proslogium*, de Santo Anselmo (†1109); *Metalogicus* e *Polycraticus*, de João de Salisbury (†1180), entre outros.

Quanto às edições, A. Duchesne publicou os trabalhos de Abelardo em 1616 em um volume do qual a *Ethica*, por causa da inexistência de cópias francesas, estava faltando.

São três as edições do texto latino da *Ética*. A primeira, feita sob os auspícios de Bernardo Pez - bibliotecário da abadia de Moelk que a imprimiu pela primeira vez no Tomo III dos *Inéditos*, em 1721 - e reproduzida em J. P. Migne, *Patrologia Latina* 178, col 633-78 - está incompleta e resta em apenas um manuscrito (Livraria do Estado da Bavária, Munique, lat. 14160). A segunda reprodução do texto latino de B. Pez é a edição impressa do trabalho de V. Cousin, que é pouco ampliada, mas, se lida em conjunto com o fragmento publicado em 1931 por C. Ottaviano¹⁶, fica como um texto completo. As duas outras edições do texto latino são as edições críticas de Luscombe e de Ilgner.¹⁷

Várias são também as traduções em língua moderna do *Scito te Ipsum*, principalmente nas línguas da Europa Ocidental: alemão, espanhol, francês, inglês e italiano. Registre-se a dívida de uma tradução na nossa língua vernácula¹⁸. A maior parte das traduções apresenta duas versões sucessivas: da edição de B. Pez ou das variantes de J.P. Migne e V. Cosin; em seguida, da edição de Luscombe. Somente as traduções de Dal Pra e de Schroeter-Reinhart são comentadas, ao passo que as demais se limitam a remissões essenciais.

O lugar do *Scito te Ipsum* no pensamento de Abelardo

Marenbon¹⁹, ao dividir o trabalho de Abelardo em duas fases, designa a primeira como uma fase de trabalho filosófico e a segunda, em sentido amplo, como uma fase de trabalho teológico: uma explicação da doutrina cristã.

O *Scito te Ipsum* não pode ser compreendido como um tratado ético exclusivamente filosófico, mas deve sê-lo como um tratado teológico: “A pergunta fundamental não é a respeito do mal como categoria filosófica, mas a respeito do pecado, como categoria teológica, à qual o autor aplica as regras de procedimento das ciências filosóficas²⁰”. Portanto, o *Scito te Ipsum* é uma monografia teológica sobre os aspectos morais da religião cristã. Ele é a contrapartida da Teologia de Abelardo, que é uma

¹⁵ DAL PRA, 1976, p. 3, nota 1.

¹⁶ *Frammenti abelardiani*, Rivista di cultura, xii (1931, p. 425-45). IN: LUSCOMBE, 1971, p. xli.

¹⁷ Ao final de nosso trabalho apresentamos uma lista das edições do texto latino e das principais traduções em língua moderna.

¹⁸ Há uma tradução do texto latino de J.P. Migne do Prof. Dr. Maurílio José de Oliveira Camello, 1980, obra não publicada. Alguns excertos do texto latino também foram traduzidos e publicados por: DE BONI, Luís A. *De Abelardo a Lutero*. Estudos sobre Filosofia Prática na Idade Média. Porto Alegre: Edipucrs, 2003, p. 43-51.

¹⁹ MARENBN, 1997, p. 213.

²⁰ DE BONI, 2003, p. 20.

monografia teológica sobre Deus e a Trindade²¹. As fontes citadas na *Ethica* são quase exclusivamente escriturísticas e patrísticas, sendo as autoridades e ideias pagãs muito menos evidentes.

O centro de interesse da obra de Abelardo é a teoria da intenção e a definição do pecado. Abelardo argumenta que Deus considera não a maneira como um ato é operado, mas o desejo com que se opera tal ato. As ações são todas em si mesmas indiferentes e são chamadas boas ou más somente na avaliação da intenção do seu agente. Na perspectiva de Abelardo, denominar subjetivismo²² sua moral poderia ser uma descrição incorreta. Se Abelardo argumentou que nenhuma ação humana é moralmente boa ou má em si mesma e que as intenções determinam a moralidade das ações, no entanto deve-se afirmar que as intenções devem ser modeladas de acordo com a norma da lei divina. Abelardo seguramente argüiu que se alguém erra pensando que acerta, não é culpado, mas não argüiu que se alguém erra pensando que acerta, está desse modo certo e tem mérito. A ‘boa intenção’ isenta de culpa, mas não é fonte de retidão e de mérito.

O *Scito te Ipsum* de Abelardo representa um brilhante momento no desenvolvimento do pensamento ético medieval. A obra, embora não pertencesse à classe de trabalho que chegou a ser indispensável nas escolas, como as *Sentenças* (concluídas por volta de 1150) de Pedro Lombardo, é um tratado pessoal e provocativo que contém raras opiniões teológicas e mais se aparentaria aos opúsculos ou monografias sobre um tema, ainda que este possa ser tão vasto como a moralidade da ação humana.

Ao comparar a lógica de Abelardo à sua ética, Marenbon²³ aponta um contraste entre ambas, pois a primeira possui, pelo menos no que se refere à *Logica Ingredientibus* e à *Logica Nostrorum*, uma natureza assistemática radicada na ordem dos textos antigos, ao passo que o pensamento ético de Abelardo não requer pesquisa fora dos seus próprios limites. Embora, às vezes, apresente-se de modo complexo e em alguns casos mutável, o pensamento ético é apresentado no interior do corpo de escritos teológicos, com o que toma sentido e coerência interna²⁴.

Abelardo elabora sua teoria ética em três níveis de interconexão. O nível mais abstrato concerne à questão mais geral sobre o bem, o mal e suas relações com Deus. Em que sentido se diz que Deus é onipotente? Como é sua onisciência compatível com a livre vontade humana? Como pode haver mal no mundo, que ele ordena no melhor sentido possível? Quais são os vários sentidos dos termos bem e mal?

No segundo nível, menos abstrato, a teoria moral de Abelardo analisa o ato ético. Finalmente, considera os detalhes do trabalho de sua ética em circunstâncias particulares, ética prática em grupo e sociedade, através de exemplos.

Quanto às leituras que se fizeram até hoje do pensamento ético de Abelardo, Marenbon²⁵ alerta para o foco estreito dos comentadores. Alguns leem a ética de Abelardo em um só nível: a análise do ato ético. Outros enfatizam o consentimento e o desprezo de Deus, o que diz pouco sobre a visão de virtude,

²¹ LUSCOMBE, 1971, p. xxxi.

²² Sobre a recusa em caracterizar a ética abelardiana como ‘subjetivista’, cf: ESTEVÃO, 1990, pp. 199-205; SANTOS, 2004, pp.181-196.

²³ MARENBNON, 1997, p. 213-14.

²⁴ Embora Marenbon não mencione como é que o contexto teológico acarreta coerência interna aos escritos éticos, o que se pode concluir é que os problemas éticos expostos no *Scito Te Ipsum* devem ser entendidos na relação com o plano divino, de modo que a sistematicidade da leitura teológica se refletiria na sistematicidade da leitura ética. Cf. VECCHI, 2005, p. 189-90.

²⁵ MARENBNON, 1997, p. 215.

mérito e amor no pensamento do Palatino. Além disso, há ainda aqueles que encerram a discussão na questão do pecado²⁶.

Por fim, os mais recentes escritos sobre o pensamento ético de Mestre Pedro tenderam a se concentrar na análise da intenção em termos do consentimento e, como resultado, deixam a impressão de que o interesse de Abelardo foi antes com as distinções lógicas do que com a principal e mais profunda questão moral. Uma visão que acomoda bem a imagem recebida de Abelardo como brilhante, mas não profundo; um crítico antes que um pensador construtivo; de quem a grande realização (ou, de outro ponto vista, o grande erro) foi aplicar sua lógica ou as artes do trívio à teologia.

Exposição e Plano Geral da Obra

A edição adotada como referência para este trabalho²⁷ apresenta-se dividida em dois livros. No primeiro deles está de fato a quase totalidade do texto. Este primeiro livro é dividido em vinte e seis títulos mais o prólogo, que não aparece intitulado e no qual se estabelece o *subjectum* do texto: *uicium animi*.

No primeiro título, Abelardo estabelece o que é próprio do vício da alma que concerne aos costumes (*De uicio animi quod ad mores pertinet*), e, no segundo, estabelece a diferença entre o pecado e o vício que inclina ao mal (*Quid distet inter peccatum et uicium inclinans ad malum*).

No terceiro título (*Quid sit animi uicium et quid proprie dicatur peccatum*), define-se o vício como aquilo que nos torna propensos a pecar; o que se diz propriamente pecado é o consentir no que não convém (*consentiendum ei quod non conuenit*) e que torna a alma culpada (*culpam animae*) ante Deus, porque o despreza e o ofende (*Dei contemptus et offensa ipsius*). No quarto título (*De suggestionibus demonum*), aparece a discussão acerca dos demônios, ou melhor, da força sugestiva que exercem sobre os homens.

Do Prólogo ao título IV há uma temática comum, qual seja, o vício da alma que concerne à moral e ao pecado. Após a definição, Abelardo procede à divisão, distinguindo os vícios e virtudes da alma dos vícios e virtudes do corpo, bem como diferencia o vício da alma do pecado. Os pecados não são cometidos somente pelo consentimento (*consensus*), senão também pela sugestão dos homens e dos demônios que conhecem a natureza humana.

Para o quinto título, “Por que se pune mais a obra do pecado do que o pecado em si mesmo” (*Cur opera peccati magis quam ipsum puniatur*), Abelardo invoca o exemplo da mãe que, ao abrigar seu filho do frio junto a si própria, sufoca-o em seus panos levando-o à morte. Essa situação se constitui numa dificuldade ante sua tese de que nenhuma ação em nada concorre para aumento do pecado, e nada mancha a alma senão o que é dela, isto é, o consentimento²⁸. Depois da tese, segue-se uma discussão

²⁶ Nesse ponto da crítica é citado em nota de rodapé o importante trabalho de R. Blomme, *La doctrine du péché dans les écoles théologiques de la première moitié du XII^e siècle* (Louvain/Gembloux, 1958) (Universitas catholica Lovaniensis. Dissertationes ad gradum magistri... consequendum conscriptae, series III, 6), Part 2, pp. 103-294. IN: Marenbon, 1997, p. 215. A se fiar no título, este indicaria que o autor não teria a pretensão de fazer uma apresentação geral da ética de Abelardo.

²⁷ ABELARD, Peter. *Ethics*. An edition with introduction, english translation and notes by D. E. Luscombe. Oxford University Press, 1971. Abreviaremos as citações dessa obra da seguinte maneira: L., p., lin. (Luscombe, a página citada e a linha, quando for o caso).

²⁸ L., p. 22-4: “Nichil ergo ad augmentum peccati pertinet qualiscumque operum executio, et nichil animam nisi quod ipsius est coinquinat, hoc est consensus quem solummodo peccatum esse diximus, non uoluntatem eum precedentem uel actionem operis subsequentem”.

(*disputatio*) que a confirma. Abelardo assinala que os ‘homens não julgam das coisas ocultas, mas das manifestas, e não pesam tanto a mancha da culpa quanto o efeito da ação’.

No sexto título, “Dos pecados espirituais ou carnis” (*De peccatis spiritalibus uel carnalibus*), Abelardo procede à divisão dos pecados. Esse capítulo se insere na seqüência da discussão do pecado.

O título VII, “Por que Deus se diz perscrutador do coração e dos rins?” (*Cur Deus dicatur inspector cordis et renum*) afirma que Deus é dito perscrutador do coração e dos rins, isto é, que ele inspeciona as intenções e consentimentos daí provenientes. Tal título inicia a discussão sobre a intencionalidade na ação do agente como determinante da moralidade do ato. O VIII, “Da remuneração das obras exteriores” (*De remuneratione operum exteriorum*), constitui-se numa dificuldade, pois se a intenção é a que determina a moralidade do ato, por que se remuneram as obras exteriores? Abelardo não nega que neste mundo algo seja atribuído às boas e más obras, de modo que sirvam de exemplo para fazer o que convém e evitar o que não convém.

No início do nono título, Abelardo remete para uma passagem anterior²⁹ na qual já se falou da tese geral que afirma que Deus e homem unidos em Cristo não são algo melhor do que Deus apenas (*Quod Deus et homo in Christo uniti non sit melius aliquid quam solus Deus*). Porque Abelardo está falando disso, aparece no décimo título: que a multidão dos bens não é melhor que um só (*Quod multitudo bonorum non est melius uno bonorum*), ou seja, a intenção e a ação não são dois bens no mesmo sentido, pois a bondade da ação deriva da bondade da intenção. Portanto, o bem não se predica de ambas do mesmo modo.

No décimo primeiro título (*Quod intentione bona sit opus bonum*), Abelardo sustenta que a boa obra procede da boa intenção, ou seja, a obra não é boa em si mesma, mas na intenção com a qual é praticada. Ressalte-se o caráter da indiferença das ações na ética abelardiana. O décimo segundo (*Vnde bona intentio sit dicenda*) é seqüência direta do anterior, pois discute donde uma intenção poderá ser dita boa, ou seja, se a boa obra deriva da boa intenção; resta dizer que a boa intenção está em agradar a Deus naquilo que se faz e ter o entendimento para se livrar das intenções errôneas. O décimo terceiro (*Quod peccatum non est nisi contra conscientiam*) defende que não há pecado a não ser contra a consciência. Nesse título está a passagem tão discutida, inclusive pelos contemporâneos de Abelardo, e condenada no Sínodo de Sens (1140), de que não pecaram os que crucificaram a Cristo por ignorância e, quanto se faz por ignorância, não se deve imputar como culpa.

O décimo quarto título (*Quot modis peccatum dicatur?*) parece uma conseqüência natural do anterior, pois se não há pecado a não ser contra a consciência, o que dizer das ações chamadas de pecado? Portanto, de quantos modos se pode falar de pecado? Responde Abelardo que de modo próprio, pecado se entende como aversão a Deus, ou melhor, desprezo de Deus (*Dei contemptus*) ou consentimento no mal (*consensus in malum*), dos quais estão imunes as crianças e os estultos porque carecem da razão (*ratione carentes*). Diz-se também pecado o sacrifício pelo pecado (*hostia pro peccato*) no sentido em que Cristo foi feito pecado³⁰. Também a pena do pecado ou a maldição são chamadas pecado. O pecado original, imputado também às crianças, o é como se disséssemos que do pecado de

²⁹ L., p. 48.

³⁰ Cf 2 Cor 5,21; Gal 3,13.

Adão sobreveio até nós a pena ou a sentença. Fala-se também das obras do pecado (*opera peccati*). Na seqüência, Abelardo analisa uma série de fragmentos de textos de Atanásio, de Estêvão, do próprio Evangelho, entre outros, apontando o entendimento que se tem do pecado em cada contexto.

No décimo quinto título (*Vtrum omne peccatum sit interdictum*), a discussão sobre o pecado prossegue, agora com a pergunta: todo pecado é interdito? Abelardo afirma que, no sentido lato, nem todo pecado é interdito, uma vez que Deus mesmo nos prometeu um jugo suave. Quanto ao sentido estrito de pecado, *Dei contemptus*, pode esta vida ser vivida sem ele, embora com muita dificuldade. No décimo sexto (*Vtrum melius sit a leuioribus culpis quam grauioribus abstinere*), é discutido se é melhor se abster das culpas mais leves que das mais graves. A isso, Abelardo afirma que aquilo contra o que é difícil precaver-se, menos pode prejudicar³¹. Portanto, embora seja mais difícil evitar os pecados veniais do que os grandes crimes, é melhor evitar estes últimos, pois são mais perigosos, merecem maior castigo, ofendem mais a Deus e o desagradam mais.

Dos títulos décimo sétimo ao vigésimo quinto é tratado aquilo que ficou conhecido pela tradição como os remédios para curar as enfermidades da alma e de como é possível reconciliar-se com Deus³². O título décimo sétimo (*De peccatorum reconciliatione*) estabelece o que está incluído na reconciliação do pecador com Deus: a penitência (*penitentia*), a confissão (*confessio*) e a satisfação (*satisfactio*). O décimo oitavo título (*Quid proprie dicatur penitentia*) define o que se diz propriamente penitência. Citando o livro da Sabedoria³³, Mestre Pedro define-a como a dor da alma sobre aquelas coisas nas quais delinqüiu, a saber, quando alguém se envergonha em ter-se excedido em algo³⁴. O título décimo nono (*De fructuosa penitentia*) trata da penitência frutuosa, pela qual sentimos dor por ter ofendido ou desprezado Deus (*Deum offendisse uel contempsisse*), porque, mais do que justo é bom, ou seja, seu amor ultrapassa sua justiça.

O título vigésimo (*Vtrum quis de uno peccato sine alio penitere possit*) discute se alguém pode fazer penitência de um pecado sem fazer de outro; ao que Abelardo responde que se há verdadeira penitência (*uera penitentia*), proveniente tão somente do amor de Deus, nenhuma aversão a Deus permanece. No vigésimo primeiro (*Inustum non esse dignum premio non donari*), um hipotético interlocutor pergunta se não é injusto que uma pessoa digna não seja premiada. Porque alguém haja merecido alguma vez pena ou prêmio, responde Abelardo, disso não decorre que seja justo que Deus o premie ou castigue, pois Deus pode usar de modo melhor penas e prêmios uma vez que sabe tirar bem do mal, e até das piores coisas dispõe da melhor maneira. O título vigésimo segundo (*De peccato inremissibili*) trata do pecado irremissível, que é definido como aquele contra o Espírito Santo (*blasphemia contra Spiritum Sanctum*).

No título vigésimo terceiro (*Vtrum penitentes gemitum sui doloris hinc secum deferant*), discute-se a possibilidade de que os penitentes desse mundo levem consigo o gemitivo de sua dor, ao que Abelardo contesta, afirmando que, da mesma maneira que nossos pecados desagradam a Deus e aos anjos, sem lhes causar dor alguma, embora não aprovelem o que consideram mal, assim também

³¹ "... quod difficilius est cauere, minus potest nocere". L., p. 72.

³² SANTIDRIÁN, 2002, p. xxix.

³³ Sab 5, 2-3

³⁴ "... dolor animi super eo in quo deliquit cum aliquem scilicet piget in aliquo excessisse". L., p. 76.

desagradariam aos penitentes os pecados que eles mesmos cometeram, porém não lhes seria motivo de dor, porquanto está dito que de lá “desapareceram a dor e o gemido”³⁵.

O vigésimo quarto (*De confessione*) trata da confissão; nele, Abelardo faz uma crítica à prática da confissão a Deus, pois Ele tudo sabe, de modo que a confissão perderia o sentido de satisfação (*penitentiae satisfactiones*). O vigésimo quinto título (*Quod non numquam confessio dimitti potest*) trata do fato de que, às vezes, a confissão pode ser dispensada. Citando o comentário de Ambrósio sobre o caso da negação de Pedro³⁶, Abelardo afirma que as lágrimas não exigem o perdão, mas o merecem³⁷.

O último título do primeiro livro (*Vtrum generaliter ad omnes pertineat prelatos soluere et ligare*) discute se pertence a todos os prelados em geral desligar e ligar. Conhecido pela tradição como crítica do poder das chaves, esse título questiona se o bispo que não tem religião nem discernimento teria sob seu poder as penas que Deus dispõe para o penitente, de modo que condenasse o inocente e inocentasse o culpado. Abelardo responde que não. Portanto, a sentença dos bispos nada vale se é discrepante da equidade divina³⁸.

O segundo livro do *Scito te Ipsum* consta somente de um manuscrito (Oxford, Balliol Coleege Ms. 296) e contém nas folhas 61-79 a versão da *Ethica* que foi copiada em meados do século quatorze. Na rubrica da folha 61, lê-se: *Liber petri abaelardi qui intitulatur Scito te Ipsum*. Próximo à parte inferior da folha 78, no ponto onde todas as outras cópias finalizam, as palavras *Explicit iuxta exemplar* foram rasuradas e o copista continua no mesmo lugar e ao longo da folha 79 (que não é encontrada na edição de B. Pez), a qual completa o que é, de fato, o primeiro livro da *Ethica* e começa um segundo livro, do qual somente há um início.

O complemento do primeiro livro desenvolve e clarifica as teses sobre a natureza do poder das chaves, que Abelardo introduziu antecipadamente no último capítulo do livro primeiro. O fragmento do segundo livro torna o plano da *Ethica* compreensível, pois concerne à virtude e à bondade, visto que o primeiro livro tratou somente do vício e do pecado. Exatamente como no primeiro livro, Abelardo focaliza o consentimento no mal e o desprezo a Deus como a essência do pecado, igualmente no início do segundo livro, trata da disposição da vontade em obedecer a Deus, como a essência da boa ação.

A julgar pelo epíteto de ‘Peripatético do Pallet’ atribuído a Abelardo, o *Scito te Ipsum* deve ter sido escrito seguindo uma lógica interna, de modo que seus vinte e seis títulos, mais o prólogo, estariam ligados por uma conexão que os tornariam pertinentes ao corpo da obra.

Assim, a pergunta fundamental presente ao *Scito te Ipsum*, como já foi mencionado, é a respeito do pecado (mal) como categoria teológica, e os procedimentos de análise são os da filosofia (lógica).

Das edições, das traduções e das obras sobre a filosofia de Abelardo a que se teve acesso³⁹, nenhuma delas se propõe estabelecer o plano geral do *Scito te Ipsum*, com exceção de Jolivet⁴⁰ que, ao analisar a obra do Palatino, afirma que depois de uma rápida passagem pelos capítulos I e II, nos quais Abelardo distingue o vício da alma do que, se diz propriamente pecado, define-se rigorosamente o

³⁵ Is 35, 10.

³⁶ Lc 22, 62.

³⁷ “Lacrimae ueniam non postulant sed merentur”. L., p. 100.

³⁸ “... est nichil episcoporum sententiam ualere si ab aequitate discrepat diuina...” L., p. 122.

³⁹ Cf. Referências Bibliográficas.

⁴⁰ JOLIVET, 1994, p. 98-102.

pecado no capítulo III, de modo a afastar o que não lhe é próprio. Pecado não é o vício, mas consentimento no que não convém; não tem relação com a natureza humana, nem com a compleição do corpo, tampouco com a ação má. Abelardo acrescenta uma precisão interessante: este consentimento no mal se analisa como um desprezo do Criador, ou seja, não fazer por ele o que se crê dever fazer, ou então não deixar de fazer o que se crê dever deixar de fazer.

Acresce a essa definição negativa que o pecado não tem uma substância: isto remete para a definição do mal, clássica desde Santo Agostinho, mas também remete a Abelardo, enquanto não considera o que uma coisa é certamente enquanto tal, pois afasta desta classe tudo o que não é substância individual – o universal, a verdade necessária, o *dictum propositionis*. Mas Abelardo não desenvolve esse princípio no capítulo III, antes, testa sua definição de pecado aplicando o método dialético da *questio*, o qual o leva a estudar a vontade má, ou seja, o mau desejo, o prazer que o ato produz e este próprio ato. Nada disso é, porém, corretamente chamado de pecado.

Jolivet observa a precisão do pensamento de Abelardo, que estabelece um conceito de acordo com seu exato contorno e que, se tomada a ação concreta, destaca do pecado tudo o que o envolve sem se confundir com ele e o define como o consentimento no mal, momento essencial, mas delicado, de apreender.

Esse esforço de aplicação da lógica ocorre também nos capítulos XI a XIV, nos quais é analisada a boa intenção que torna boa a ação. Nesses capítulos, trata-se de explicar como se dá a objetividade do bem, determinado por aquilo que Deus ordena, e, no entanto, não há pecado senão contra a consciência. Isso leva Abelardo a retomar a definição de pecado, mas por um exame da linguagem: De quantos modos se fala de pecado? - é o título do capítulo XIV.

Além do sentido próprio, fala-se de pecado também como a vítima oferecida em expiação do pecado; a punição do pecado; a obra do pecado; o que sabemos ou queremos erradamente; a ausência de fé. Todos esses sentidos são encontrados na Escritura ou na linguagem usual. No entanto, o pecado tomado em sentido estrito leva a dizer que os perseguidores dos mártires e de Cristo não pecaram, porque não agiram por desprezo a Deus; mesmo a ignorância e a infidelidade não são pecados⁴¹.

Por fim, Jolivet enfatiza que o principal é verificar a presença da vigorosa dialética de Abelardo em sua ética. A sutileza da análise lógico-gramatical fundamenta a precisão da análise interior, pois, é procurando o sentido exato da palavra que são distinguidos os diversos aspectos e momentos do ato, destacando-se, no conjunto da ação, o papel da intenção.

É factível propor a respeito do *Scito te Ipsum*, entre outras estruturas, a seguinte.

A obra pode ser dividida em duas grandes partes: o livro 1º (pecado) e o livro 2º (virtude). Por sua vez, o livro primeiro comporta:

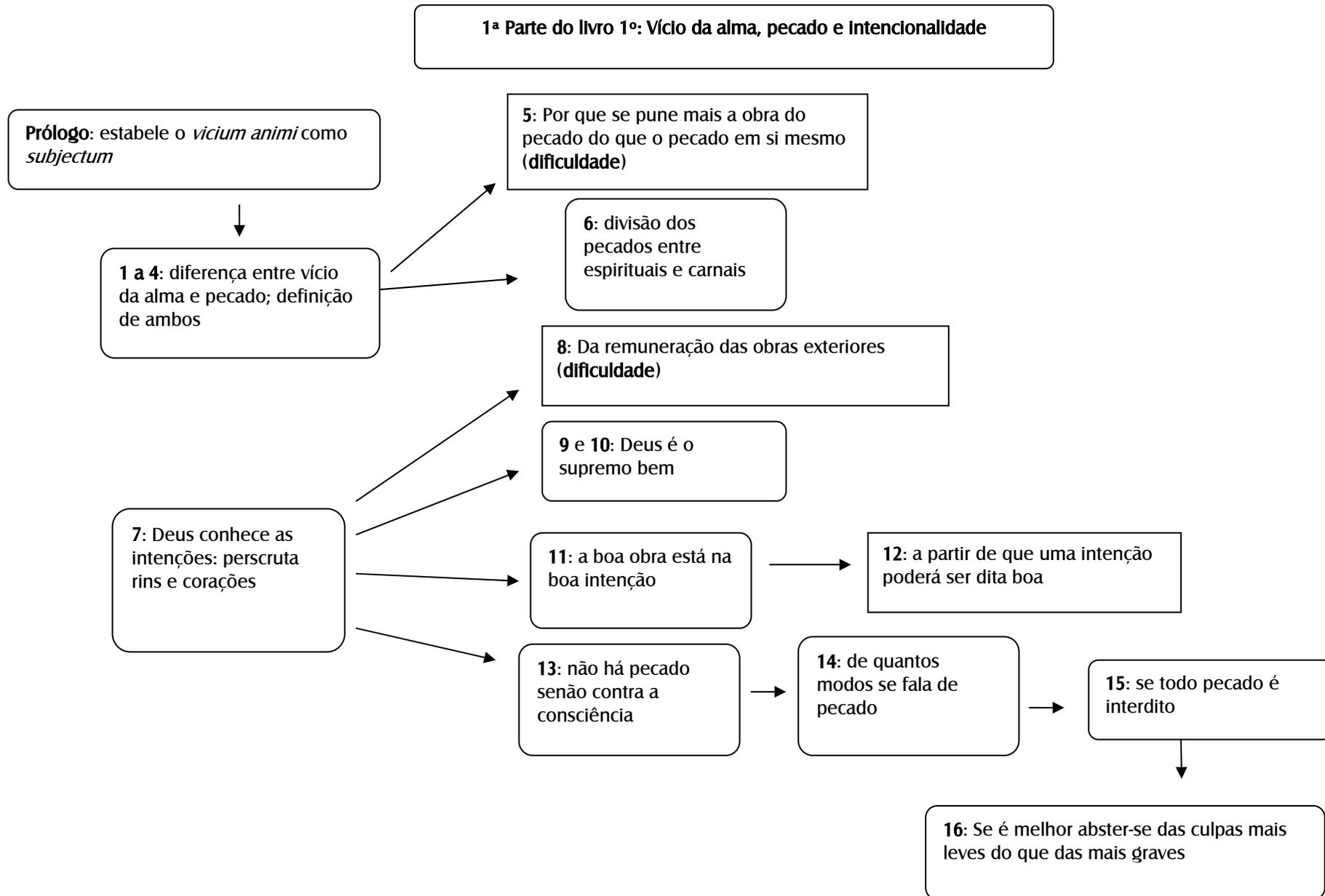
- 1) as questões relativas ao vício da alma, ao pecado e à intenção do agente (do prólogo ao título XVI);
- 2) os remédios para a cura da alma e os meios para a reconciliação com Deus (do título XVII ao XXVI).

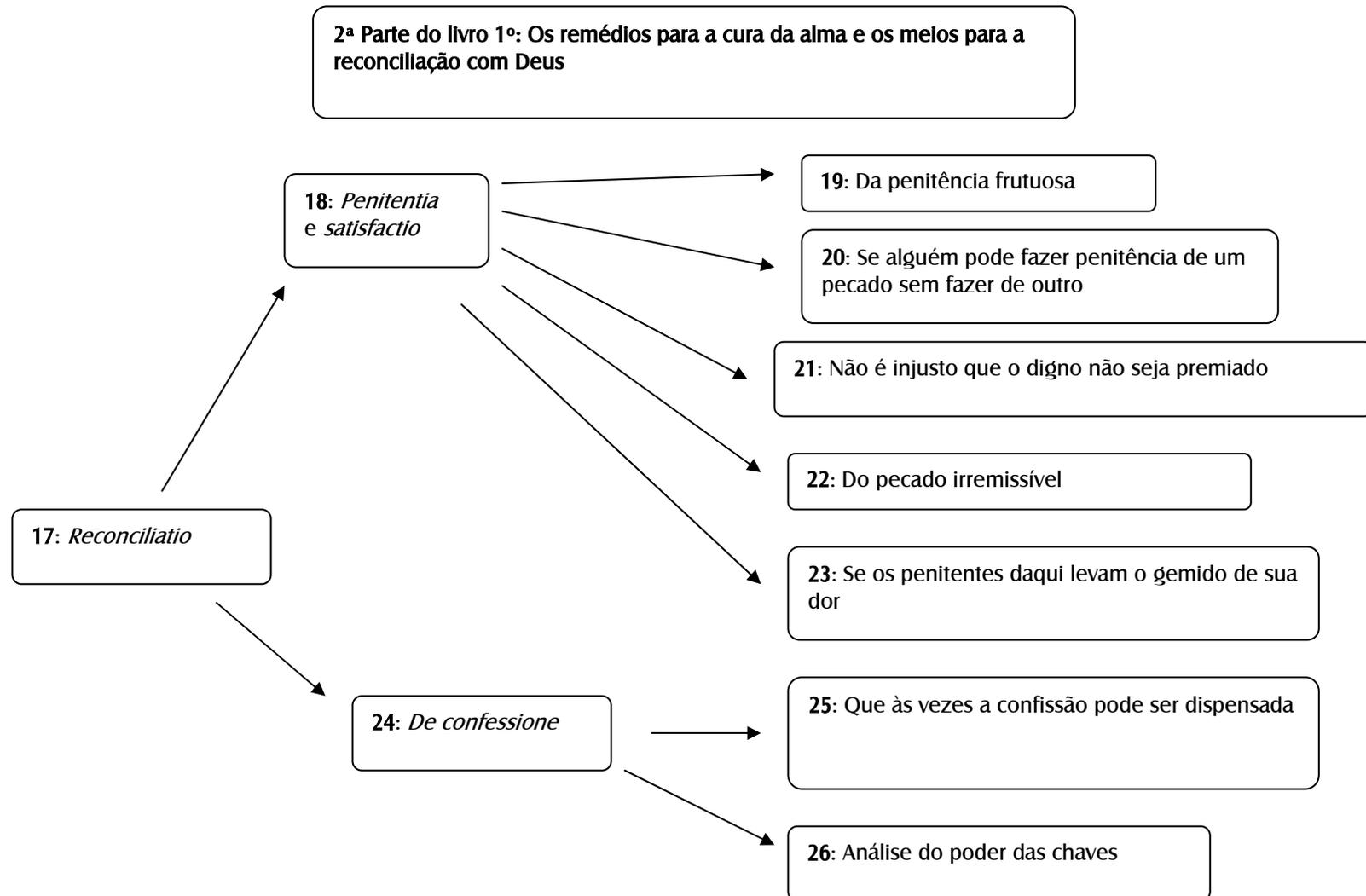
⁴¹ Cf. título XIII.

A primeira parte pode ser dividida em duas outras partes: a) vício da alma e pecado, e b) intencionalidade.

A segunda parte, por seu lado, possui um tema nuclear, a reconciliação, que se desdobra nos meios de que o pecador dispõe para reatar com Deus, a saber: a penitência, a confissão e a satisfação.

O fluxograma e o esquema seguintes procuram apresentar as divisões e os possíveis movimentos do texto.





Prólogo

Título 1

Título 2

Título 3

Título 4 - Causa externa do pecado

Título 5 - Dificuldade (Punição das obras)



Vício e pecado



1) DEFINIÇÃO DE PECADO

Título 6 - Dos pecados espirituais ou carnis



2) DIVISÃO DOS PECADOS

Título 7 - Deus sonda rins e corações

Título 8 - Dificuldade (Remuneração das obras)

Título 9 - Deus e o Cristo

Título 10 - Um bem e a multidão dos bens



3) DEUS E O PECADO

Título 11 - A bondade da obra vem da intenção

Título 12 - A boa intenção é agradar a Deus

Título 13 - O pecado depende da consciência

Título 14 - O pecado se diz de vários modos



4) PECADO EM
SENTIDO PRÓPRIO
E EM SENTIDO DERIVADO

Título 15 - Proibição do pecado

Título 16 - Abstenção do pecado



5) O PECADO E A LEI

Título 17 - Reconciliação do pecador
(penitência, confissão e satisfação)

Título 18 - Definição de penitência

Título 19 - Penitência frutuosa

Título 20 - Penitência verdadeira

Título 21 - Dificuldade (remuneração)

Título 22 - Pecado irremissível

Título 23 - Gemido e dores por pecar

Divisão



6) PERDÃO DOS PECADOS

Título 24 - Confissão

Título 25 – Dispensa da confissão

Título 26 – Poder de perdoar (chaves)

Conclusão

O *Scito te Ipsum* ocupa, no pensamento e na vida de Abelardo, um lugar singular: no pensamento porque, enquanto um dos últimos escritos, revela toda a coerência e sistematicidade de um filósofo; na vida porque expõe com clareza a postura de humanismo que o Palatino viveu, bem como as vicissitudes pelas quais passou e o modo de compreender a natureza humana.

A leitura do *Scito te Ipsum* revela um texto muito rico e profundo no que diz respeito à problemática ético-teológica do século XII. Igualmente se pode dizer que ela oferece uma imagem do autor que às vezes destoa de outras leituras possíveis, talvez para evidenciar os paradoxos que sempre envolveram a figura desse pensador⁴². Seja como for, o Abelardo dessa obra se apresenta como um espírito livre porque propõe a possibilidade da consciência como instância última, na qual se julga a culpabilidade ou a inocência do agente, e porque, com essa postura, rompe com a tradição dos penitenciais, que se prendiam à exterioridade da ação, desconsiderando, portanto, a dimensão psicológica do agente quando da execução do ato.

Dito de outro modo, pode-se entrever na leitura dessa obra um Abelardo voltado para a dimensão da interioridade e para a concepção de indivíduo por oposição ao universal. Assim, aquilo que o Palatino defende em suas obras de Lógica, desdobra-se e manifesta-se na *Ethica* enquanto apresenta a consciência psicológica da pessoa como o lugar para o julgamento do que é ético⁴³.

Desse modo, somente a *intentio* determina a moralidade do agente, porquanto o ato em si mesmo é moralmente indiferente. Assim, os mesmos atos podem ser praticados por bons e maus, pois o que de fato assegura a moralidade (ou a falta dela) é o modo de proceder do agente.

Em sentido estreito, o pecado é definido como consentimento no mal, que é também um desprezo de Deus. Assim, consentimento e intencionalidade se apresentam como faces da mesma realidade: o *consensus* como decisão de foro interior para o interior, e a *intentio* como decisão de foro interior que qualifica os atos externos. Ambos, portanto, precedem a execução do ato e constituem o núcleo da concepção ética abelardiana.

⁴² Quanto às leituras possíveis sobre a personalidade e o pensamento de Abelardo, cf. JOLIVET, 1987, p. 307-322. (Abelardo entre cão e lobo)

⁴³ Quanto à relação entre a concepção ética de Abelardo e a noção de indivíduo, cf. ESTÊVÃO, 1990, p. 101-198.

Referências

- ABAEARDUS, Petrus. Petri Abaelardi commentariorum super S. Pauli epistolam ad romanos. J.P. MIGNE. *Patrologiae Cursus Completus*, Series Latina; tomus CLXXVIII. Parisiis, 1885, col. 783-978.
- ABELARD, Peter. *Ethics*. An edition with introduction english translation and notes by D. E. Luscombe. Oxford University Press, 1971.
- DAL PRA, Mario. Introduzione. In: ABELARDO, Pietro. *Conosci te stesso o Etica*. Introduzione, traduzione e note di Mario Dal Pra. La Nuova Italia Editrice: Firenze, 1976.
- DE BONI, Luís Alberto. *De Abelardo a Lutero*. Estudos sobre Filosofia Prática na Idade Média. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- ESTÊVÃO, J. C. *A ética de Abelardo e o indivíduo*. São Paulo, 1990. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- FUMAGALLI, Maria T. Beonio Brocchieri. *Introduzione a Abelardo*. Roma-Bari: Laterza, 2000.
- HOMMEL, F. Nosce te ipsum. *Die Ethik des Peter Abaelard*. Übersetzt und eingeleitet von Ferdinand Hommel. Wiesbaden, Metopen-Verlag, 1947, 150 S.
- JOLIVET, Jean. Abélard entre chien et loup. IN: *Cahiers de Civilisation Médiévale*, 1977, XX, nº 04, p. 307-322. Reimpresso em: JOLIVET, J. Aspects de la pensée médiévale: Abélard. Doctrines du langage. Paris, Vrin-Reprise, 1987, p. 169-184.
- _____. *Abélard ou la philosophie dans le langage*. Editions Universitaires de Fribourg: 1994.
- LUSCOMBE, David E. Peter Abelard and the Twelfth-Century Ethics. In: *Peter Aberlard's Ethics*. Oxford: Clarendon Press, 1971, p. xiii-lxi.
- MARENBNON, John. *The Philosophy of Peter Abelard*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997
- MEWS, Constant J. On Dating the Works of Peter Abelard. *Archives d'Histoire Doctrinale et Littéraire du Moyen Age*, 52, 1986, p. 73-134.
- PETRI ABAELARDI *Opera Theologica IV: Scito te ipsum*. Edidit Rainer M. Ilgner. Corpus christianorum, continuatio mediaevalis, 190. Turnholt, Brepols, 2001. LXIX + 107 p.
- SALISBURY, João de. *The Metalogicon*. Translated with an Introduction & Notes by D.D. McGarry. Berkeley: University of California, 1962.
- SANTIDRIÁN, Pedro. R. In: ABELARDO, Pedro. *Conócete a ti mismo*. Estudio preliminar, traducción y notas de Pedro R. Santidrián. Clássicos del Pensamento, nº 77. Madrid: Editorial Tecnos, 2002.
- SANTOS, Jorge Augusto da Silva. A Qualificação Moral do Ato Humano na Ethica ou Scito Te Ipsum (Ca. 1136) de Pedro Abelardo. In: COSTA, Marcos Roberto N. & DE BONI, Luis A. (org.). *A Ética Medieval Face aos Desafios da Contemporaneidade*. Coleção Filosofia 172. EDIPUCRS: Porto Alegre, 2004.
- VECCHI, Gaia de. *L'Etica o Scito te Ipsum di Pietro Abelardo: analisi critica di un progetto di teologia morale*. Roma: Editrice Pontificia Università Gregoriana (PUG), 2005.